

brasileira utiliza o processo de seleção com provas, onde apenas determinados aspectos da inteligência são considerados. Este processo é aplicado, também, devido ao grande desnível no número de vagas, Assim, não há fluxo normal entre os três ciclos (primário, médio e superior). A rede secundária elimina a possibilidade de acesso a todos os que terminam o primário. Igual fenômeno ocorre na passagem do médio para o superior, agravando-se. Tais fatos revelam outros defeitos da Educação no Brasil: seu caráter seletivo, seu ensino formal, ausência de um planejamento global que permita o acesso a níveis superiores, dentro das necessidades do país.

4. A evasão escolar - O caráter seletivo, a ausência de oportunidades nos níveis superiores, somados a fatores sócio-econômicos, determinam a evasão escolar. A educação de um país não existe isolada do contexto social, onde atua. No caso do Brasil, as tentativas de ampliação da faixa educacional a todos provocaram o acesso à educação de crianças provenientes de diferentes níveis sociais e econômicos. Tal diferença provoca a evasão. É que grande parte dos pais não recebe suficiente para o sustento da família. Com a escolarização dos filhos, abrem-se oportunidades de subempregos, uma perspectiva de melhoria para a economia familiar: o domínio de técnicas rudimentares de aritmética e de escrita permitirá a que o filho arranje um subemprego. Mas o caráter seletivo e formal do ensino brasileiro provoca reprovação em massa das crianças vindas de famílias menos cultas, onde o ambiente não permite o mesmo grau de desenvolvimento mental das crianças que vieram de lares de nível elevado. O resultado é a deserção, por reprovação.
5. A rigidez do currículo - Até a Lei de Diretrizes e Bases (1961) a educação brasileira era marcada por uma excessiva centralização. A lei diminuiu a centralização. Mas esta, na verdade, perdura, seja por sua influência nos atuais quadros dirigentes e médios do país, seja porque a Lei de Diretrizes não corrigiu, em profundidade, o problema. A centralização gerou a rigidez do currículo. Num país de dimensões continentais como o nosso qualquer menino, para ser educado, era compelido a cumprir o mesmo tipo de obrigações e aprender as mesmas matérias. Assim, nos pampas do Sul ou na "floresta de cimento" de São Paulo, na aridez de sertão nordestino ou na região amazônica, em zonas de tradição agrícola ou em pleno centro industrial, todas as crianças eram obrigadas a cumprir idênticas obrigações, para serem consideradas educadas. A rigidez do currículo cria, ademais, em matéria de quantidade, a obrigatoriedade de um número de professores impossíveis de se preparar, nas várias regiões do país.

6. O verbalismo - É um dos problemas que mais preocupam os educadores. Sem entrar no terreno filosófico do problema do conhecimento, ainda assim podemos verificar que a grande maioria dos processos de transmissão de conhecimentos é oral: a "aula-classe". O professor codifica os conhecimentos existentes no ramo, em formas e fórmulas o mais simples possíveis, e as transmite verbalmente aos alunos. Estes codificam (à sua maneira) e memorizam, para o cumprimento de uma obrigação, no fim do mês, ou do ano: as provas.

Todos concordam: há uma precariedade essencial, no sistema. A realidade não é verbal. Ela possui características próprias, sempre mutiladas ou alteradas no processo de verbalização, para fins didáticos. O processo educativo é mais completo. Exige um descobrimento da realidade, pelo aluno. Exige um "trato" da realidade, por parte do aluno. É mais incorporação e intercâmbio de experiências, por parte de quem está estudando, do que retenção, memorização ou recebimento passivo de realidades codificadas. Há uma frase de Camões que os especialistas apontam de genial intuição, uma frase que dá a exata idéia do inconveniente do verbalismo na Educação:

"não se aprende, Senhor, na fantasia,
sonhando, imaginando ou estudando,
senão vendo, tratando e pelejando".

7. O afastamento das reais necessidades do país - A excessiva verbalização, falha de conteúdo da educação no Brasil, gera, (ao mesmo tempo e em consequência) o outro aspecto condenado pela maioria dos educadores: o afastamento das reais necessidades do país. Entre os defeitos de conteúdo da nossa Educação, está sua desvinculação das reais necessidades científico-sociais do país. A discussão deste aspecto tem sido intensa e difícil. Ela supõe uma premissa: saber quais são as reais necessidades do país. A identificação do que são "reais necessidades do país" envolve um problema, de ordem filosófico-doutrinária: para que se desenvolve um país? Para ser poderoso? Para ser superpotência? Para ser rico e independente? Para ser feliz? Para ser culto? Para propiciar a justiça social? As respostas são muitas e variadas. Mas o que parece conduzir a dinâmica da sociedade moderna e sua luta pelo desenvolvimento econômico. A organização da intrincada e complexa máquina social impôs ao mundo o predomínio da Ciência e da Tecnologia. Ambas aumentam a produção, promovem o desenvolvimento, modificam as estruturas, superam em anos as dificuldades de séculos.

Enquanto esses fenômenos ocorrem nos tempos atuais, a Educação brasileira desenvolve a chamada cultura brasileira, difusa, humanística. A cultura dos valores do espírito e da razão pura

da Ciência em si e não da ciência aplicada, ou seja, a "cultura para o lazer". A verdade pe que o ritmo de avanço da Educação foi sempre menor do que o avanço da Sociedade moderna, no mundo.

8.9.10 - Muitas falhas se juntam, se somam, e levam a outras três entrelaçadas na sua problemática e configuração: a ausência de ensino técnico; a inexistência de carreiras para universitárias e a Educação como mecanismo de galgar melhor "status" na sociedade. É pacífico que a Educação no Brasil, é predominantemente para poucos. Assistimos, por outro lado, a um aumento gradual da influência, digo afluência de partes menos beneficiadas da Sociedade. Assistimos ainda, à pressão de grandes contingentes desejosos de ascender a níveis superiores de Educação. Este fenômeno, associado ao complexo social e ao crescimento das necessidades econômicas do país, impõe a seleção de quadros, por parte dos meios de produção. Em outras palavras: a medida que o país se desenvolve, as indústrias e o comércio têm seu fundamento ameaçado pela dificuldade de obtenção de quadros técnicos, de mão-de-obra e serviços qualificados.

Isso provoda uma autodefesa nas emprêsas. Esta autodefesa, impões a aceitação exclusiva de pessoas melhor preparadas. E, teòricamente, pelo menos, os melhores qualificados são os que estiveram na escola. Dentro dêste quadro - e na ausência de uma planificação global adequada - , para obter "emprego" desenvolve-se no comportamento mental de grande parte dos que estão estudando a atitude de somente cumprir as formalidades do ensino e conseguir um diploma. Este passa a ser usado como título para o ingresso no grupo dos empregados. O diploma se transforma no brevet da ascensão social. O indivíduo que tem como meta (muito humana, aliás,) atingir um rol superior ao de suas origens, quer êsse título, êsse brevet. Seu nível de aspiração passa a ser, quase sempre, superior a seu nível de possibilidade.

Acontece, então, no processo educativo, um fenômeno: a matrícula de milhares jovens em Cursos "mais fáceis", através dos quais entrem no Serviço Público ou por setores da iniciativa - provada. Essa atitude, que impulsiona a maioria dos jovens, para os chamados ramos "humanísticos", provoca, por outro lado, o aparecimento de Cursos que exigem muito pouco. Mesmo quando algumas escolas tentam superar as dificuldades, melhorando a qualidade do ensino e aumentando o nível de exigências, ocorre o fenômeno de encontrar alunos, em grande maioria, sem tradição de estudo e sem tempo efetivo para dedicar à escola. São alunos que, ou têm de trabalhar ou sofrem os efeitos do hábito de cumprir formalidades para obter diplomas, não conseguindo satisfazer plenamente às exigências de uma sólida formação cultural e técnica. Esta também é uma das razões por que o ensino -

chamado "humanístico" é preferido às matérias científicas e técnicas; ele parece mais "fácil", dá a ilusão de conseguir em prêgo numa faixa mais ampla (serviço público, pequeno comércio, bancos, administração secundária de empresas, etc.). Por tôdas estas razões, o ensino necessário ao ritmo de crescimento do país (dentro das características do desenvolvimento econômico, o ENSINO TÉCNICO E CIENTÍFICO, vai ficando relegado a segundo plano.

Por que o desprezo pelo ensino técnico e científico? É que ele não dá "status". A sociedade trata com relativo desdém, as profissões técnicas, os ofícios manuais, a atividade científica, tôdas elas indispensáveis ao progresso econômico do Brasil. Como decorrência de tôda esta cadeia de situações, possuímos baixíssimo índice de formação científica a nível superior, e percentagens insignificantes de quadros médios sendo formados no ensino técnico-científico. Enquanto o país progride economicamente, crescendo suas indústrias, seu comércio exterior, e exigindo educação especializada, a ilusória sensação de que só o ensino humanístico faz subir, socialmente, afasta do processo de produção a grande maioria dos poucos jovens que lograrem alcançar as alturas dos cursos médio e superior.

O precoce afastamento da escola decorre, na verdade, de problemas sócio-econômicos, mas é também verdade, de que a escola como está organizada, contrigui, ela própria para isso, pela falta de equipamento, pela baixa qualificação de seus professores e, até mesmo, pela falta de "esprit de corps" da equipe docente e técnica, bem como pela inadequada atitude profissional de seus professores e administradores, um fator de desestímulo à permanência do aluno. Mas de onde viria essa falha de administradores, técnicos e professores? Em última análise, ela nada mais é do que o reflexo das próprias condições de trabalho que a eles são oferecidas, em vez de ser uma deliberada intenção de omitir-se ou de descumprir sua missão. A grande verdade é que a carga deve ser feita contra o sistema de ensino, tal como está estabelecido, pois ele não permite, pela falta de uma filosofia educacional definida e de critérios administrativos racionais, que aquêles profissionais possam desempenhar, satisfatoriamente suas funções.

.